

Comissão cerca Ribeiro por todos os lados

A CPI do Orçamento já tem em mãos documentos que, segundo seus integrantes, podem levar à cassação do deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) por crime fiscal. Informações obtidas junto à Receita Federal e Tribunal de Contas da União (TCU) apontaram que três entidades beneficentes que funcionam na sede da empresa Engesolo, de propriedade de Ribeiro, apresentaram à Receita uma série de notas frias no valor total de 264 mil dólares para a execução de vídeos junto à empresa Sempre Vídeo. Informações que eles coletaram em Belo Horizonte apontam que as entidades não fizeram vídeos para esta empresa. Segundo o TCU e a Receita, José Geraldo fez um único vídeo no valor de dez mil dólares para a sua campanha em 1990 e esta é a única nota fiscal "quente" das entidades entregue à Receita Federal.

"O deputado José Geraldo pode vir a responder por crime fiscal. Esse caso das notas frias pode complicá-lo e muito. No caso do vídeo de dez mil dólares está claro que o serviço não atende à finalidade de uma entidade de assistência social", afirmou o senador Elcio Álvares (PFL-ES), integrante da Subcomissão de Subvenções Sociais da CPI.

José Geraldo será ouvido pela CPI do Orçamento amanhã.